

Mangabas, saberes e cosmologias: por extrativistas de Aricuru- Amazônia-Brasil

Mangabas, knowledge and cosmologies: by Aricuru extractivists-Amazon-Brazil

Mangabas, saberes y cosmologías: por los extractivistas Aricuru-Amazonia-Brasil

DOI: 10.54033/cadpedv21n3-047

Originals received: 01/16/2024

Acceptance for publication: 02/23/2024

Sandolene do Socorro Ramos Pinto

Doutoranda em Agriculturas Amazônicas

Instituição: Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará (INEAF - UFPA)

Endereço: R. Augusto Corrêa, 01, Guamá, Belém – PA, CEP: 66075-110

E-mail: sandoleneramos@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda saberes, práticas e cosmologias relacionadas ao extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). O texto é de natureza teórica e qualitativa, utiliza análises publicadas em artigos científicos e livros, compõem o trabalho dados empíricos coletados na comunidade de Aricuru, município de Maracanã, estado do Pará. O objetivo deste estudo é fazer um breve exercício de revisão teórica sobre a relação sociedade e natureza com ilustrações empíricas a partir de um recorte sobre a importância do extrativismo da mangaba¹ e dos saberes, práticas e cosmologias que as pessoas envolvidas nesse trabalho detêm, compartilham e transmitem de geração a geração na comunidade de Aricuru. Os procedimentos incluíram a fundamentação teórica, seguido de pesquisa de campo realizada na comunidade de Aricuru. No primeiro momento, foi solicitada a autorização e selecionados os participantes. No segundo momento, foi assinado o termo de consentimento livre e esclarecido e realizada observações e 15 entrevistas com os extrativistas da mangaba. Os resultados da pesquisa demonstram que o manejo e uso da mangaba estão associados aos saberes e práticas construídos pelos membros da referida comunidade, bem como com o sentimento pelas plantas que extrapola o uso

¹ Uma parte da base deste trabalho inclui dados de campo para a elaboração da dissertação de mestrado da pesquisadora, a saber: PINTO, S. do S. R. **Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba**, Maracanã-PA. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_mafds/Turma%202014/Sandolene%20do%20Socorro%20Ramos%20Pinto.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

como um recurso natural a ser explorado. Durante a inserção em campo foi possível constatar que essa relação se sobrepõe ao aspecto utilitarista, pois os extrativistas consideram que essas plantas sentem quando são manejadas de forma errada, ou quando queimam durante o período de estiagem.

Palavras-chave: saber local, extrativismo da mangaba, cosmologias na relação com a natureza.

ABSTRACT

This article deals with knowledge, practices and cosmologies related to the extraction of mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). The text is theoretical and qualitative in nature, using analyses published in scientific articles and books, and empirical data collected in the community of Aricuru, in the municipality of Maracanã, in the state of Pará. The aim of this study is to carry out a brief theoretical review of the relationship between society and nature with empirical illustrations based on the importance of mangaba extraction and the knowledge, practices and cosmologies that the people involved in this work hold, share and pass on from generation to generation in the Aricuru community. The procedures included a theoretical foundation, followed by field research carried out in the Aricuru community. Firstly, authorisation was requested and participants were selected. Secondly, the informed consent form was signed and observations and 15 interviews were conducted with the mangaba extractivists. The results of the research show that the management and use of mangaba is associated with the knowledge and practices built up by the members of this community, as well as a feeling for the plants that goes beyond their use as a natural resource to be exploited. During the fieldwork, it was possible to see that this relationship goes beyond the utilitarian aspect, as the extractivists consider that these plants feel when they are handled incorrectly, or when they are burnt during the dry season.

Keywords: local knowledge, mangaba extractivism, cosmologies in the relationship with nature.

RESUMEN

Este artículo trata de los conocimientos, prácticas y cosmologías relacionados con la extracción de la mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). El texto es de naturaleza teórica y cualitativa, utilizando análisis publicados en artículos científicos y libros, y datos empíricos recogidos en la comunidad de Aricuru, en el municipio de Maracanã, en el estado de Pará. El objetivo de este estudio es realizar una breve revisión teórica de la relación entre sociedad y naturaleza con ilustraciones empíricas basadas en la importancia de la extracción de la mangaba y en los conocimientos, prácticas y cosmologías que las personas involucradas en este trabajo poseen, comparten y transmiten de generación en generación en la comunidad de Aricuru. Los procedimientos incluyeron una fundamentación teórica, seguida de una investigación de campo realizada en la comunidad de Aricuru. En primer lugar, se solicitó autorización y se seleccionaron los participantes. En segundo lugar, se firmó el consentimiento informado y se realizaron observaciones y 15 entrevistas con los extractivistas de mangaba. Los resultados de la investigación muestran que la gestión y el uso

de la mangaba están asociados a los conocimientos y prácticas construidos por los miembros de esta comunidad, así como a un sentimiento hacia las plantas que va más allá de su uso como recurso natural a explotar. Durante el trabajo de campo, se pudo constatar que esta relación va más allá del aspecto utilitario, ya que los extractivistas consideran que estas plantas sienten cuando son manipuladas incorrectamente, o cuando son quemadas durante la época seca.

Palabras clave: conocimiento local, extractivismo de mangaba, cosmologías en la relación con la naturaleza.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza envolve percepções culturais, saberes, usos, valores e cosmologias, inseridos nas particularidades sobre essa construção social. Existem múltiplas formas de conceber, explicar e relacionar-se com os recursos da natureza, essa diversidade pode coexistir em um mesmo cenário social, harmonicamente (negociada) ou conflituosa.

A relação harmoniosa ou negociada entre grupos humanos e natureza é analisada por Lima (2018, p. 158), ao enfatizar “[...] a importância dos saberes e práticas Krahô associados às plantas cultivadas, que são indissociáveis do seu modo de vida, de sua visão de mundo, das formas de conceber e relacionar-se com o ambiente e outros seres que nele habitam [...]”. Nessa perspectiva, o autor explica que o uso dos recursos naturais envolve rituais com objetivo de pedir permissão ou negociar o corte e a queima da área destinada à roça, seguidos por outras etapas, até o momento da colheita e consumo dos alimentos cultivados.

As análises realizadas por Aparicio (2014) no artigo “Relações Alteradas – ideias Suruwaha sobre animais e caça” apresentam um exemplo de relação conflituosa no qual analisou como animais e caças são vistos pelos Suruwaha, habitantes do vale do rio Purus. Demonstra as percepções dos Suruwaha sobre animais, como são expostos em suas narrativas e suas práticas de caçadas, pois para esse povo ameríndio os “[...] animais são ex-humanos, a partir de metamorfoses originadas em conflitos de sociabilidade. [...] As relações com os animais oscilam entre movimentos de predação e de adoção, que fundam de

modo paradoxal concepções de adoção predatória e de contra predação nos humanos [...]” (Aparicio, 2014, p. 38).

Essas narrativas apresentam a passagem ou transformação de pessoas que “viraram animais”, marcadas por conflitos como: a transformação do pirarucu (Buraku); as queijadas ao matarem suas esposas; a xamã mulher em transformada em sucuriju, e as serpentes (Aparicio, 2014, p. 38).

As pesquisas de Lima (2018) e de Aparicio (2014) possuem elementos constitutivos que permitem relacioná-los à teoria baseada nas etnografias amazônicas propostas por Eduardo Viveiros de Castro (1996), conhecidas por perspectivismo ameríndio. Essa teoria pressupõe “[...] o modo como os humanos veem os animais e outras subjetividades que povoam o universo – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, [...] objetos e artefatos [...]” (Castro, 1996, p. 116). Essa forma de ver é construída em relação ao outro em que a realidade apreendida é definida de acordo com o perspectivismo do outro. Assim, esse outro é quem define a realidade conforme o seu perspectivismo. Essa ideia associa-se à:

[...] forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma 'roupa') a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs. Essa forma interna é o espírito do animal: uma intencionalidade ou subjetividade formalmente idêntica à consciência humana, materializável, digamos assim, em um esquema corporal humano oculto sob a máscara animal. Teríamos então, à primeira vista, uma distinção entre uma essência antropomorfa de tipo espiritual, comum aos seres animados, e uma aparência corporal variável, característica de cada espécie, mas que não seria um atributo fixo, e sim uma roupa trocável e descartável [...] (Castro, 1996, p. 117).

Tal compreensão da realidade parte da visão indígena pois é uma maneira de pensar que considera a natureza e a cultura de modo diferente daquela que geralmente é concebida, principalmente no pensamento ocidental, onde a natureza é compreendida como universal e as culturas como sendo particulares, já que concebe-se a existência de um mundo com muitas maneiras de poder vivê-lo. Diferentemente dessa concepção, vários povos

indígenas consideram a existência de uma cultura e naturezas particulares dependendo do ponto de vista do observador.

A epistemologia do perspectivismo ameríndio concebe que os animais, plantas e outros seres são sempre sujeitos, pois, em algum momento passaram por tal experiência, seja com hábitos alimentares, em relações de grupos, nos ritos ou regras (Castro, 1996). Para Descola (2011, p. 119), a ênfase da existência estaria na referência que é comum aos seres da natureza de modo geral, ou seja, considerar como referência a humanidade enquanto condição e não o homem enquanto espécie.

No contexto amazônico, a relação entre humanos e plantas considera a compreensão sobre as maneiras como os recursos naturais são manejados e utilizados por comunidades que praticam o extrativismo² como forma de subsistência e agregação de renda com a venda de produtos coletados. No caso específico ilustrado neste estudo, o extrativismo da mangaba mobiliza um conhecimento compartilhado e transmitido de geração a geração por meio da prática de “apanhar mangaba”, e perpassa pelo acesso coletivo a esse recurso natural como uma forma de auxiliar na subsistência e manutenção material de suas famílias. A coleta dos frutos da mangabeira é realizada predominantemente por mulheres que colhem os frutos “com as mãos – quando estão ao alcance ou quando são frutos ‘de caída’ – ou com a ajuda de um gancho [...]” (Silva Júnior *et al.*, 2011, p. 218).

A relação com a natureza por meio do extrativismo de espécies animais e vegetais tem um percurso longo na história do Brasil. A Amazônia brasileira, ao longo de muitos anos de ocupação e exploração, foi e continua sendo alvo de investidas com o objetivo de ocupar, explorar e expandir a fronteira³ (Martins, 2009).

² Entendido aqui como a exploração dos produtos nativos em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados no conjunto de atividades desenvolvidas pelas denominadas populações tradicionais (Mota *et al.*, 2007, p. 1).

³ O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (Martins, 2009, p. 131).

Segundo Silva e Miguel (2014), o extrativismo dos produtos advindos da floresta é anterior ao que conhecemos como agricultura, está incorporado ao sistema de produção não somente no bioma amazônico, como em outras regiões, tanto tropicais, como subtropicais. O extrativismo, nesse sentido, deve ser analisado como parte integrante e sistêmica da unidade de produção ao longo do tempo

De acordo com Mota *et al.* (2011, p. 30), o extrativismo é “[...] uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos, nos quais caça, agricultura e pesca são componentes essenciais segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental”. A coleta da mangaba – fruta nativa dos tabuleiros, restingas, campos e cerrados do Brasil – está baseada nos saberes tradicionais construídos ao longo dos anos por meio de atividades cotidianas.

Em um contexto de intensa exploração dos recursos naturais presencia-se um quadro de graves agressões à natureza, que trazem consequências como: escassez de água, aumento da temperatura, espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, entre outros problemas e colocam em risco todas as formas de vida existentes no planeta terra. Urge, assim, a busca de formas capazes de suprir as necessidades de subsistência das populações atuais, mas sem destruir e desrespeitar o tempo de recomposição ou limites dos recursos naturais.

Em relação à sustentabilidade do desenvolvimento econômico, Assis (2006, p. 81) reforça a necessidade do “[...] resgate histórico-cultural das formas de relacionamento dos seres humanos entre si e com o meio ambiente nas diferentes sociedades como forma de definir o padrão de bem-estar”. Esse relacionamento expressa-se no acúmulo de saberes, práticas, compreensões, hábitos e crenças, envolvidos na teia de conhecimentos e relações entre os seres vivos e o ambiente (Berkes, 1999), entre humanos e não humanos, segundo o perspectivismo ameríndio defendido pelos antropólogos Eduardo Viveiros de Castro (1996) e Phillipe Descola (2011).

A valorização desses saberes tradicionais, a exemplo práticas extrativistas, tem sido um movimento importante para que esses atores sociais tenham a possibilidade de assumirem identidades coletivas, participarem de discussões

relativas às formas macros e micros de relações estabelecidas com a natureza, que precisam considerar especificidades locais e culturais a despeito da conservação e manejo da (socio) biodiversidade em todo o planeta (Almeida, 2009).

De acordo com Almeida (2009, p. 74), em 1988, a categoria povos da floresta emerge “[...] a partir de mobilizações políticas que agrupam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu e povos indígenas, sintetizam esse momento [...] apoiados na força mobilizatória de produtores diretos com consciência ambiental aguçada, recolocam o significado de natureza”.

Análises realizadas por Cunha e Almeida (2002) demonstram a importância do saber local e da capacidade de manejarem os recursos que compõem a “despensa viva”⁴ da qual necessitam para sobreviver. Os autores afirmam que o “[...] conhecimento local não é, portanto, apenas transmitido de geração a geração. [...] Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informações” (Cunha; Almeida, 2002, p. 14).

Em termos de categoria analítica, utilizamos o termo extrativista em referência aos grupos humanos que usam os recursos naturais em alguns períodos do ano, na época da safra. A comunidade é analisada a partir das lentes analíticas de Outhwaite e Bottomore (1996, p. 115), como um “[...] grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração [...]”.

Este estudo é composto por recortes de dados coletados durante pesquisas realizadas pela autora, no período entre os anos de 2015 e 2022, na comunidade de Aricuru, município de Maracanã, estado do Pará.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Nas demais seções, segunda, terceira, quarta e quinta, respectivamente, constam a área de estudo e a comunidade de Aricuru, procedimentos metodológicos, resultados e discussão e considerações.

Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo é fazer um breve exercício de revisão teórica sobre a relação sociedade e natureza com ilustrações empíricas

⁴ Aqui utilizamos este termo cunhado por Torres (2011), ao referir-se a uma parte dos alimentos advindos da floresta e consumidos por ribeirinhos do alto Tapajós.

a partir de um recorte sobre a importância do extrativismo da mangaba e dos saberes, práticas e cosmologias que as pessoas envolvidas nesse trabalho detêm, compartilham e transmitem de geração a geração na comunidade de Aricuru, município de Maracanã, no estado do Pará.

2 ÁREA DE ESTUDO E A COMUNIDADE DE ARICURU

A pesquisa foi realizada no município de Maracanã, na comunidade de Aricuru. Maracanã está localizado no Norte do Brasil, nordeste paraense, região do Salgado, a 170 quilômetros da capital, Belém. Sua área territorial é de 781 km², e a população estimada no último censo realizado em 2022 é de 25.971 habitantes, com uma densidade demográfica de 32,16 hab./km² (IBGE, 2023).

A comunidade de Aricuru, onde foi realizada esta pesquisa, localiza-se no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas, zona rural do município de Maracanã. A RDS Campo das Mangabas é uma UC estadual de uso sustentável, criada por meio do Decreto nº 1.567, de junho de 2016, sua área é de 7.062,02 há. No referido município existem mais três UCs: a Área de Proteção Ambiental (APA) Algodal-Maiandeuá, criada em 1990, a Reserva Extrativista Marinha (Resex) de Maracanã, criada em 2002, visando resguardar e controlar o uso da biodiversidade marinha, e o Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Padre Tonetto, criado em 2016 (Pará, 2016, 2020; Pinto, 2016; Pinto; Schmitz, 2017).

O Campo das Mangabas é uma área com predominância de populações de mangabeiras – vegetação que ocorre nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste brasileiro –, apresenta reconhecida biodiversidade, com formações vegetais e espécies de fauna. Além de sua biodiversidade, as relações mantidas entre os grupos familiares e o ambiente, os quais buscam o equilíbrio entre o uso e a conservação dos recursos naturais locais ao utilizarem práticas menos predatórias ao ambiente (Pará, 2016, 2020; Pinto, 2016; Pinto; Schmitz, 2017).

O extrativismo vegetal, principalmente da mangaba, é realizado de forma tradicional, com a utilização de instrumentos fabricados pelos próprios extrativistas (figura 1) como paneiros e Ganchos (Pinto, 2016).

Figura 1 – Gancho para apanhar mangaba e paneirinho de guarumã (*Ischnosiphon arouma* Koern)



Fonte: Sandolene Ramos. Pesquisa de campo realizada em 2015 e 2022.

O extrativismo da mangaba é utilizado para a subsistência familiar e para ser comercializado, geralmente na feira da sede do município de Maracanã, sendo uma das principais fontes de alimentação e renda da população.

2.1 A COMUNIDADE DE ARICURU

Aricuru (figura 2) está localizada no interior da RDS Campo das Mangabas, às margens do Rio Maracanã. Suas coordenadas geográficas são 00°43'41.5" de latitude sul e 47°29'33.1" de longitude oeste (Pará, 2013, p. 98).

Existem duas versões para o surgimento do nome da comunidade. A primeira seria o resultado da junção dos nomes de duas tribos indígenas que viveram há muitos anos na região, com os nomes respectivos de “ari” e “uru”. A segunda versão para o nome é de que na região havia predominância de uma planta chamada “uricuri” e que originou a palavra Aricuru (Pará, 2013).

Figura 2 – Vista parcial da Comunidade Aricuru



Fonte: Sandolene Ramos. Pesquisa de campo realizada em 2022.

Em Aricuru residem 34 famílias, totalizando 160 pessoas (Pará, 2013). Existe energia elétrica, água encanada, campo de futebol, escola de ensino fundamental, espaço de reforço escolar para as crianças com o nome “Paulo Freire”, Igreja Católica, Associação de Pescadores e Agricultores de Aricuru (Apeaga) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A organização da comunidade parte da coordenação comunitária fundada pelos moradores e duas freiras.

Alguns espaços privados são disponibilizados para uso coletivo como as casas de fazer farinha que são compartilhados com os vizinhos que não tem esse recurso próximo de sua residência e usam o espaço do morador mais próximo ou parente. A atividade principal, segundo os informantes, é a pesca, seguida da roça. O extrativismo da mangaba, nesse caso, é uma atividade complementar realizada durante a safra, para ajudar na alimentação e agregar renda às famílias que apanham mangaba com o objetivo ajudar na subsistência familiar e vender.

Segundo os interlocutores, na primeira quinzena do mês de dezembro a comunidade realiza a festividade de São Benedito. Durante esse evento ocorre a procissão, o mastro e realização das novenas (nove noites com diferentes temas organizados por equipes), o arraial no salão São Benedito, onde acontecem vendas de comidas típicas e bingos. No encerramento da referida festividade ocorre uma regata de canoa à vela no rio Maracanã.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O primeiro passo, para a elaborar este trabalho, foi selecionar a bibliografia relativa à temática abordada. Na relação da teoria com aspectos empíricos foram utilizados dados coletados em campo que ocorreram entre os anos de 2015 e 2022.

A pesquisa caracterizou-se em sua maioria como qualitativa considerando a maneira de obter as informações por meio de relatos orais dos moradores da comunidade e dos procedimentos na análise desses depoimentos (Minayo, 2004; Minayo; Deslandes; Gomes, 2016), constituídos de observação direta, entrevistas abertas e semiestruturadas na comunidade de Aricuru (Michelat, 1987).

A amostra foi dirigida aos diferentes atores da comunidade, principalmente extrativistas. Durante o contato com os interlocutores priorizou-se ouvir na perspectiva analisada por Oliveira (2000), como a possibilidade de acessar o mundo subjetivo dos entrevistados, ouvindo relatos impregnados de um conjunto de ideias que demonstram uma visão de mundo particular. Foram selecionadas para a elaboração deste artigo 15 relatos de atores sociais: extrativistas, lideranças e moradores locais. Por meio de abordagens qualitativas serão viabilizadas análises de casos concretos, com suas questões específicas e temporais ao levar em conta as ações de pessoas em seus contextos locais (Flick, 2008).

Os dados coletados foram organizados e analisados de acordo com o objetivo proposto, considerando trabalhos referentes ao tema sobre extrativismo, saberes e cosmologias.

A postura usada na pesquisa foi de mediar o processo por meio da utilização de entrevistas informais e semiestruturadas (Mann, 1975), com

aplicação de um roteiro preparado previamente. Como recursos foram utilizados: caderno de campo, câmera fotográfica e gravador. As entrevistas permitiram a coleta de visões individuais, pois as perguntas foram abertas para permitir à expressão subjetiva dos entrevistados.

A fase de levantamento de dados primários é definida por Brumer *et al.* (2008, p. 138) como sendo: “[...] aqueles construídos pelo próprio pesquisador no seu trabalho de investigação, os quais podem ser obtidos por meio de observações, questionários, entrevistas, nas suas diversas modalidades”.

A etapa seguinte do trabalho foi de transcrever e organizar os dados obtidos. Beaud e Weber (2007) ressaltam a necessidade de um cuidado especial ao diário de campo, para saber organizar *a posteriori* os dados coletados e colocar em ordem as informações que possibilitarão fazer as análises das narrativas coletados em campo, baseadas no arcabouço teórico pertinente a temática de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 MODOS DE VIDA DA COMUNIDADE DE ARICURU

Minha avó falava que os avós dela falavam que aqui na comunidade moravam duas tribos de índios que depois desapareceram... Diziam que eram duas tribos uma chamava ari e a outra uru aí formou Aricuru (I. C, 48 anos).

A maneira de viver das pessoas nas áreas rurais apresentam diferenças marcantes em relação aos que residem em áreas urbanas. Essa especificidade pode ser observada na forma como se relacionam com a natureza, nas atividades que praticam para manter o sustento de suas famílias e nos relacionamentos entre membros da família e vizinhos, bem como as atividades que têm como base recursos de uso comum, na área de predominância das mangabeiras.

Esses atores são detentores de um vasto e rico conhecimento, que de certa forma são estratégias de sobrevivência e de permanência nos seus lugares de origem. Foi possível observar que as pessoas da comunidade valorizam esse tipo de vida próximo à natureza e disseram que sentem-se bem de viver nesse lugar.

Os espaços privados são disponibilizados para uso coletivo, como as casas de fazer farinha, que são compartilhados com os vizinhos que não tem esse recurso próximo de sua. E os participantes relataram que têm como atividade principal a pesca ou a roça. O extrativismo da mangaba, nesse caso, é uma atividade complementar realizada durante a safra, para ajudar na alimentação e agregar renda às famílias que apanham mangaba com o objetivo de vender.

4.2 O EXTRATIVISMO DA MANGABA, SABERES E PRÁTICAS

Antes eu me lembro, minha avó só colhia para comer, ia buscar para consumo de casa, fazia vinho para comer com farinha, que é gostoso. Hoje tem mais consumo, apanham muito, mandam para outras cidades, hoje tira mais pra vender, é assim, aquele dinheirinho que entra como uma renda familiar [...] (I.C. Moradora de Aricuru, 48 anos).

O extrativismo da mangaba (Figura 3) em Aricuru ocorre no ecossistema denominado campo das mangabas, por ter predominância dessa espécie no local. Em 2016 essa área passou a ser um Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, RDS Campo das Mangabas. No entanto, anterior a criação da UC, essa área foi de livre acesso.

Na área há ocorrência de conflitos, “a partir de 1980, quando uma empresa de Belém promoveu a derrubada de todas as árvores com tratores e correntes para plantio de coqueiro” (Schmitz *et al.*, 2011, p. 264). conseqüentemente ocorreu a diminuição na produção de mangabas, como afirma uma extrativista, “[...] em 80 o campo foi destruído por uma empresa, pra plantar coco, ficamos um tempo sem juntar a mangaba, com a derruba diminuiu, até a planta grelar e voltar à vegetação na área que foi devastada” (M. C. Moradora de Aricuru, 50 anos).

Figura 3 – Mangaba



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2022.

Entre os meses de setembro a fevereiro ocorre a safra com pequenas variações. Apesar do extrativismo da mangaba ocorrer apenas em um período do ano e não ser a atividade principal, pois todos os participantes desta pesquisa se auto identificaram como trabalhadores de roça ou pescadores e que durante a safra vão ao campo buscar as frutas com o objetivo de consumir em família ou vender para complementar a renda, como relata uma moradora:

Me vejo como agricultora... aqui todos os moradores trabalham com marisco ou roçado e na colheita da mangaba vai quem tem precisão que quer colher para fazer suco, creme ou pra vender também vai. A mangaba ajuda as famílias, quem vende em Maracanã já vem com o meio de sobrevivência de lá, pois dá dinheiro (M.C. Moradora de Aricuru, 50 anos).

Mesmo considerando o período de safra – em torno de cinco meses – e as outras atividades desempenhadas, foi possível perceber a importância dessa atividade, tanto para a subsistência como para complementar a renda das famílias.

Existe uma estreita relação entre o extrativismo da mangaba e a transmissão de conhecimentos, que são repassados de geração a geração

nessa atividade, ao considerar que todos os entrevistados mencionaram que aprenderam a “apanhar mangaba” na infância, com seus avós ou seus pais, os acompanhando na realização desse trabalho: “Aprendi a apanhar mangaba com minha avó, os paneirinhos eram do tamanho que cada um conseguia carregar, a gente ia pelo menos três vezes na semana no campo, pela parte da manhã por causa do sol” (M. C. Moradora de Aricuru, 57 anos).

Os modos de uso são diversificados, “Pode ser comido com farinha, faz suco, creme nos copinhos, pra vender na festividade de São Benedito, aqui em casa só vendo quando é por encomenda” (I. C., 48 anos).

Ao longo dos anos, as formas de usar a mangaba passaram por transformações. “Minha mãe preparava o vinho com leite de coco, para tomar com farinha. Hoje, esse vinho é chamado de suco e alguns preparam com leite em pó ou condensado, meus filhos tomam com bolachas” (S. F., 50 anos).

[...] antes faziam o suco, que era conhecido como vinho, amassado na peneira e adoçava, ou fazia com leite de coco ou babaçu, era costume tomar com farinha, ainda hoje usam desse jeito, antes a gente tinha curiosidade de aprender e hoje com a tecnologia e a diferença na alimentação é difícil conseguir fazer os filhos resgatarem essa cultura (M. C., 57 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Ressalta-se a importância do extrativismo de espécies vegetais, sendo uma prática muito utilizada entre os povos que habitam áreas rurais da região amazônica e de outras regiões do Brasil, que ganhou destaque no mercado nacional a partir da década de 1980, com o aumento do consumo de frutas in natura ou de polpas para sucos (Mota *et al.*, 2011).

4.3 ASPECTOS COSMOLÓGICOS NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Na comunidade de Aricuru a atividade extrativista pode ser relacionada a repertórios de etnoconhecimentos e cosmologias, demonstrados pelos moradores locais sobre as plantas, com as quais convivem e interagem, principalmente a mangaba. Esses saberes foram transmitidos de geração a geração, pelos seus antepassados, por meio da oralidade e da participação das crianças na coleta das frutas, como confirmam as interlocutoras “[...] aprendi

esse trabalho indo para o campo com oito pra dez anos de idade [...]” (L. C. Moradora de Aricuru, não informou a idade).

Eu aprendi com minha avó esse conhecimento e eu ensino para minhas filhas e quatro netos, me sinto orgulhosa por elas (filhas) que já estudaram e por saberem de tudo: saber capinar, fazer farinha, fazer carvão, tudo que é da agricultura e da terra, nós devemos saber de tudo [...]” (L. C., 62 anos).

Esses conhecimentos e práticas com o passar do tempo são modificados e reinventados, influenciados por novas experiências, costumes alimentares, trocas cotidianas, alterações ambientais e territoriais.

Segundo os interlocutores ocorrem coletas e manejos inadequados, tanto por parte dos moradores como por coletores externos, que na ânsia de coletar uma quantidade que satisfaça suas necessidades, o fazem sem os devidos cuidados com as plantas, retiram frutos ainda verdes e quebram os galhos, “[...] existem pessoas que não sabem fazer bom uso das frutas, estragam” (E. M., professor e agricultor, 23 anos). Assim, o primeiro caso é voltado à subsistência e venda de pequenas quantidades e no segundo caso, a comercialização.

Dessa forma, o uso, o manejo e a relação com esses recursos naturais são aprendidos ora considerando apenas aspectos utilitaristas voltados à agregação de renda, ora sobrepõem-se o sentido de relação em que a natureza é vista como parte integrante da vida comunitária, onde são atribuídas às plantas sentimentos e outras características humanas, como os depoimentos a seguir revelaram:

Eu tenho um carinho com elas principalmente de não apanhar verde ou lascas o galho dela, pois elas sentem [...] (S. F., 50 anos).

Uma das coisas que a gente aprende com elas é a resistência” (L. C., 45 anos).

Assim, é possível observar aproximações entre a relação sociedade e natureza, observada em Aricuru, com análises relativas aos povos ameríndios. Isto posto, possibilita a constatação de uma cosmologia relativa ao extrativismo dos recursos naturais em Aricuru que dialoga em alguns aspectos com as cosmologias anímicas, de Descola (2011) e do perspectivismo ameríndio de Castro (1996), embasado nas etnografias amazônicas que considera que

plantas não estão separados ontologicamente dos humanos. Isto é, compartilham interioridades e qualidades antropocêntricas. Como demonstraram as falas citadas, ao atribuir as plantas o sofrimento experimentado quando os frutos são coletados de maneira incorreta, ou indelicada, como humanos elas também sentem dores.

Sentimentos de reciprocidade (Sabourin, 2006) também são atribuídos à resistência aprendida com essas plantas que mesmo passando por queimadas anuais, ressurgem, “[...] assim, de repente surge essa queimada (figura 4), que imagina o sofrimento delas [...] por que fazem isso com as mangabeiras? Uma das coisas que a gente aprende com elas, é a resistência” (S. F., 50 anos).

Figura 4 – Campo da Mangaba após queimadas



Fonte: Edno Santana dos Santos, dez. 2023.

Entretanto, o fogo nem sempre é visto como causador de sofrimento e destruição. Enquanto na perspectiva de alguns entrevistados o fogo é um elemento que destrói e fragiliza o campo das mangabas, outros depoimentos demonstram que essas queimadas também são consideradas importantes para que haja uma boa produção das frutas. Vejamos o que disse um dos participantes da pesquisa:

Sei que existe um conflito em relação à questão do fogo no Campo da Mangaba. Mas não sei se é acidente da natureza por causa da seca ou se alguém coloca o fogo por que que, ninguém sabe ao certo. Também tem gente que acha que o fogo não faz mal as mangabeiras, porque depois elas voltam e dão seus frutos (D. B., 36 anos).

Mesmo sendo minoria, alguns entrevistados afirmaram que o fogo estimula a produção das mangabas e fazem bem para o campo.

Importante destacar que na literatura relativa às cosmologias encontramos aproximações com a realidade pesquisada. Nesse sentido, destacamos relações de carinho, respeito, aprendizado de resistência com as plantas frente às agressões sofridas e conflitos sobre a questão do fogo.

Lima (2018, p. 179) descreve relações de reciprocidade, respeito e retribuição estabelecidas pelos indígenas Krahô, ao analisar a etnografia de suas roças e o ritual que envolve as etapas de preparação desde a remoção e queimada da vegetação até o momento de colheita e consumo dos alimentos produzidos pelas plantas.

A título de ilustração sobre esses relacionamentos associados a natureza, Aparício (2014) demonstrou que essas relações também podem ser conflituosas, dependendo da forma de apreensão, podem ser relações que em alguns momentos de rituais ou não, podem ser também conflituosas, como foi analisado no artigo de Santos e Santos (2008) intitulado “Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade de Aricuru, a partir dos resultados obtidos por meio das pesquisas, foi possível constatar o importante papel atribuído às mangabeiras. Essas plantas são consideradas muito resistentes, sendo uma qualidade atribuída a esse recurso natural considerável, é apreendida pelos extrativistas como um exemplo a ser seguido em suas lutas diárias pela sobrevivência.

Embora não haja relatos que atribuam a essas plantas um espírito, as mangabeiras, desempenham papéis importantes na comunidade, como na transmissão dos saberes tradicionais de manejo e uso, sociabilidade no trabalho de coleta dos frutos e cooperação.

Em relação à cosmologia, no extrativismo da mangaba, estão implícitas interações sociais entre os que praticam a coleta, seja para consumo do grupo familiar, como parte da subsistência, ou para agregar renda com a venda de paneirinhos de mangabas.

Essas interações são percebidas nas observações e relatos dos entrevistados, quando demonstram atributos humanos como respeito, sofrimento, resistência, afeto e carinho por essas plantas, mesmo que sejam diferentes dos humanos fisicamente, em suas formas de morfologia corporal. Os interlocutores atribuem a essas plantas uma interioridade que pode ser comparada as suas próprias interioridades, como se no íntimo fossem também pessoas, apenas em um corpo diferente.

Essa apreensão da realidade dialoga com análises realizadas por autores como Descola (2011), Castro (1996), Lima (2018), Aparício (2014), sobre a possibilidade de haver relacionamentos baseados em vínculos de respeito, sentimentos e afinidades, a exemplo de como fazem alguns povos indígenas.

Quando uma das entrevistadas expressa sua preocupação em não machucar as plantas ao fazer a coleta das mangabas, para que não sintam dor e nenhum tipo de sofrimento, demonstra um sentimento de respeito com seres não humanos. Podemos relacionar essa relação com o perspectivismo ameríndio, proposto por Castro (1996), que considera que os seres, independente da forma corporal que apresentem, não são inanimados, mas possuem intimamente particularidades e perspectivas distintas. Essa compreensão pressupõe que a humanidade se estende à natureza indistintamente, e incluem pessoas (humanos), seres como plantas, animais e outros, presentes no meio (não humanos).

Outra relação possível, está relacionada à compreensão sobre a relação que os povos Krahô estabelecem com a natureza. Para eles plantas não são simples objetos de uso, são seres, gente “[...] ainda que não sejam ‘gente como a gente’ [...]” (Lima, 2018, p. 179).

Em suma, na realidade observada as relações estabelecidas demonstraram que a mangabeira não é vista apenas como um vegetal, mas que possui sentimentos, é resistente e pode sentir dor, sendo que essa forma de

árvore seria apenas uma roupa utilizada, mas que internamente seriam humanos, dentro da noção de perspectivismo ameríndio (Castro, 1996) e animismo (Descola, 2011).

Os resultados obtidos permitem compreender e reafirmar a importância da atividade extrativista como fonte de subsistência, fortalecimento e transmissão de saberes, práticas e cosmologias entre gerações na comunidade de Aricuru. Lançar luzes sobre os temas e problemas que permeiam o cotidiano da comunidade, uma das nove que integram a RDS Campo das Mangabas, demonstra que mesmo com a criação da UC estadual, criada em 2016 – por iniciativa das comunidades – as agressões ao ecossistema continuam. Segundo os interlocutores o que existe é uma ausência do Estado e falhas na parceria que tanto almejaram para conservar o Campo das Mangabas.

Esse trabalho não objetivou analisar os meandros e desdobramentos referentes a criação da referida UC. Todavia, a partir das reflexões apresentadas compreende-se a importância da continuidade de pesquisas que tenham como foco a análise da efetividade da UC e a participação dos atores locais nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. *In*: PORRO, R. **Alternativa Agroflorestal na Amazônia em Transformação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 65-122.

APARICIO, M. Relações Alteradas – Ideias Suruwaha sobre Animais e Caça. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 16, p. 37-68, 2014.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Rev. Economia aplicada**, Ribeirão Preto, v.10, n. 1, jan./mar. 2006.

BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Trad. de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERKES, F. **Sacred ecology**: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Nova York: Taylor & Francis, 1999.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. *In*: GUAZZELLI, C. A; PINTO, C. R. J. B (org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CASTRO, E. V. de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

CUNHA, M. C. da C. da; ALMEIDA, M. B. **Enciclopédia da floresta, o alto Juruá**: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DESCOLA, P. Más allá de la Naturaleza y la cultura. *In*: MONTENEGRO MARTÍNEZ, L. (Ed.). **Cultura y naturaleza**: Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011.

FERREIRA, B. C. *et al.* **Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Maracanã**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/panorama>. Acesso em: 09 dez. 2023.

LIMA, A. G. de M. de. Etnografia das roças Krahô: a vida sócio-ritual das plantas e a estética da diversidade. *In*: LIMA, A. G. de M. de. *et al.* **Práticas e saberes da agrobiodiversidade: a contribuição dos povos tradicionais**. 1. ed. Brasília: Mil Folha, 2018. V. 1.

MANN, P. H. Etapas básicas da investigação sociológica. *In*: MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. 2. ed. Tradução: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINS, J. de S. **Fronteira** – A degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. V. 1.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. *In*: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes: 2016.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. **A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. O Extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro. *In*: **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 13. Recife. Anais. Recife: SBS, 2007.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. As senhoras da mangaba. *In*: MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. **A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011. p. 105-137.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In*: OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp; Paralelo 15, 2000.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PARÁ. **Decreto nº 1.567, de 17 de junho de 2016**. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida

Silvestre Pe. Sérgio Tonetto. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, v. 126, n. 33.151, p. 6-7, 20 jun. 2016.

PARÁ. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas**. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-campo-das-mangabas/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Relatório da Consulta Pública para a Criação de Unidade de Conservação da Natureza do Grupo de Uso Sustentável Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013.

PINTO, S. S. R. **Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PINTO, S. S. R.; SCHMITZ, H. Mobilização e conflito no processo de criação de uma Unidade de Conservação no Pará. **Raízes**, v.37, n.1, jan./jun. 2017.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 1, Niterói. Anais. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006. CD.

SANTOS, Gilton M. dos; SANTOS, Geraldo M. dos. Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe. **Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 14, p. 39-59, abr. 2008.

SILVA JÚNIOR, J. F.; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. Saberes e práticas: tradição ameaçada. In: SILVA JÚNIOR, J. F., SCHMITZ, H., RODRIGUES, R. F. A. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-290.

SILVA, C. V. da; MIGUEL, L. A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 17, n. 2, p. 189-217, 2014.

TORRES, M. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Geografia em questão**, Cascavel, v. 4, n. 2, 2011.